



Conselho  
Regional de  
**PSICOLOGIA SP**

# PSI

nº 191 • Fevereiro | Março | Abril • 2018

# MULHERES DENTRO

## E FORA DA PSICOLOGIA

**ROMPER ESTEREÓTIPOS E  
EXPLICITAR COMO O  
MACHISMO CONSTITUI  
SUBJETIVIDADES SÃO  
CONEXÕES COM A LUTA  
POR IGUALDADE**

**4**

### ORIENTAÇÃO

O debate das drogas e o modelo da Redução de Danos

**8**

### PERSPECTIVA DO USUÁRIO

A arte na vida de usuários da saúde mental

**10**

### QUESTÕES ÉTICAS

A defesa da autonomia das pessoas com deficiência

**ORIENTAÇÃO | ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS**

Diante de um contexto de proibição, quais os aspectos que devem balizar psicólogas/os que trabalham com o cuidado no tema das drogas?

**PERSPECTIVA DA/O USUÁRIA/O | VIII PRÊMIO ARTHUR BISPO DO ROSÁRIO**

Já está em curso a oitava edição do prêmio que joga luz às incríveis produções artísticas das/os usuárias/os de saúde mental.

**QUESTÕES ÉTICAS | PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E AS INTERAÇÕES SOCIAIS**

Fundamentos da Psicologia – como reconhecimento das singularidades e defesa da autonomia – caminham no sentido da garantia de direitos das pessoas com deficiência.

**HISTÓRIA E MEMÓRIA | LANÇAMENTO DO REPOSITÓRIO DIGITAL DO CRP SP**

A plataforma democratiza ao reunir, em forma digital, todo o acervo do Centro de Documentação da Psicologia paulista.

**CAPA | MULHERES DENTRO E FORA DA PSICOLOGIA**

No emboalo de mais um 8 de março, a matéria de capa aborda os desafios e as conexões entre a Psicologia e a luta por igualdade de gênero.

**SUBSEDES | VALE DO PARAÍBA E LITORAL NORTE**

Saúde mental, assistência social, sistema prisional e aumento dos cursos de Psicologia são as principais questões que atravessam esse território.

**PENALIDADES ÉTICAS**

**PSICOLOGIA E COTIDIANO | COMBATE À TRANSFOBIA**

Em nova Resolução, CFP estabelece normas de atuação para psicólogas/os em relação às pessoas transexuais e travestis.

**FORMAÇÃO | REVISÃO DAS DIRETRIZES CURRICULARES**

Em entrevista, a presidente da ABEP Ângela Soligo explica porque 2018 é o ano da formação para a Psicologia.

**ESTANTE | MURAL**

O mais recente livro da nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie e o aclamado filme de Eliane Caffé sobre a ocupação do Hotel Cambridge estão entre as dicas culturais dessa edição.

4

8

10

14

16

21

23

24

26

30



psi

Publicação do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, CRP SP, 6ª Região

**Diretoria**  
**Presidenta** | Luciana Stoppa dos Santos  
**Vice-presidenta** | Maria Rozineti Gonçalves  
**Secretária** | Suely Castaldi Ortiz da Silva  
**Tesoureiro** | Guilherme Rodrigues Raggi Pereira

**Conselheiras/os**  
 Andrea Mataresi, Aristeu Bertelli da Silva, Beatriz Borges Brambilla, Beatriz Marques de Mattos, Bruna Lavinias Jardim Falleiros, Clarice Pimentel Paulon, Evelyn Sayeg, Ed Otsuka, Edgar Rodrigues, Ivana do Carmo Souza, Ivani Francisco de Oliveira, Larissa Gomes Ornelas Pedott, Magna Barboza Damasceno, Maria das Graças Mazarin de Araújo, Maria Mercedes Whitaker Kehl Vieira Bicudo Guarnieri, Mary Ueta, Maurício Marinho Iwai, Monalisa Muniz Nascimento, Regiane Aparecida Piva, Reginaldo Branco da Silva, Rodrigo Fernando Presotto, Rodrigo Toledo, Vinicius Cesca de Lima

**Realização**  
**Jornalista responsável** Gabriela Moncau (MTB 0069610 SP)  
**Reportagens e Edição** Gabriela Moncau  
**Direção de arte** Sergio Rossi  
**Capa** Sergio Rossi  
**Revisão** CRP SP  
**Impressão** Rettec Artes Gráficas  
**Tiragem** 99.000 exemplares

**Sede CRP SP**  
 Rua Arruda Alvim, 89, Jardim América  
 Cep 05410-020 São Paulo SP  
 Tel. (11) 3061-9494 | fax (11) 3061-0306

**E-mails**  
**Atendimento** | atendimento@crpsp.org.br  
**Diretoria** | direcao@crpsp.org.br  
**Informações** | info@crpsp.org.br  
**Centro de Orientação** | orientacao@crpsp.org.br  
**Administração** | admin@crpsp.org.br  
**Comunicação** | comunicacao@crpsp.org.br

**Site**  
 www.crpsp.org.br

**Subsedes CRP SP**  
**Assis** | tel. (18) 3322-6224, 3322-3932  
**Baixada Santista e Vale do Ribeira**  
 tel. (13) 3235-2324, 3235-2441  
**Bauru** | tel. (14) 3223-3147, 3223-6020  
**Campinas** | tel. (19) 3243-7877, 3241-8516  
**Grande ABC** | tel. (11) 4436-4000, 4427-6847  
**Ribeirão Preto** | tel. (16) 3620-1377, 3623-5658  
**São José do Rio Preto** | tel. (17) 3235-2883, 3235-5047  
**Sorocaba** | tel. (15) 3211-6368, 3211-6370  
**Vale do Paraíba e Litoral Norte**  
 tel. (12) 3631-1315

# POR UMA PSICOLOGIA QUE APOIA A LUTA DAS MULHERES

No dia 8 de março comemoramos o Dia internacional da Mulher. Trata-se de um dia para darmos visibilidade às importantes lutas e pautas das mulheres no Brasil, no mundo, dentro e fora da Psicologia. Mais relevante ainda se torna a discussão sobre as mulheres quando pensamos que temos na Psicologia uma profissão majoritariamente formada por mulheres – 89% da Psicologia em 2013 (Conselho Federal de Psicologia). Somos muitas, trabalhamos em diferentes espaços e contextos; temos o compromisso de pensar as muitas possibilidades do fazer “psi” considerando as diversidades regionais, culturais, econômicas e sociais vivenciadas pelas mais de 94 mil psicólogas do Estado de São Paulo, quer seja nas políticas públicas, no setor privado, nas clínicas particulares, na formação universitária - nos grandes centros ou no interior do Estado. Diante disso, esta edição do *Jornal Psi* traz esta importante discussão a ser feita com a categoria e com a sociedade.

Uma Psicologia comprometida com a transformação social, com a superação das desigualdades em todos os níveis e com a defesa intransigente dos direitos humanos e sociais precisa trazer para o rol das discussões urgentes a questão da violência sofrida diariamente pelas mulheres no Brasil. Dados da Agência Patrícia Galvão, que se dedica a reunir pesquisas e informações acerca da violência contra a mulher, nos mostra que o feminicídio cresceu 21% no Brasil a partir de 2013, sendo que o homicídio de mulheres negras cresceu 84% em 10 anos; 85% das mulheres têm medo de sofrer violência sexual; 6 em cada 10 brasileiros conhece alguma mulher que sofreu violência doméstica. Reconhecer as questões de gênero é, portanto, urgente. Com apenas alguns dados apresentados sobre o panorama geral da violência contra a mulher podemos perceber a sua intrínseca relação com a constituição das subjetividades – ser mulher num país violento e desigual como o nosso faz sofrer e a Psicologia tem muito a contribuir neste debate.

Também nesta edição tratamos de outra questão urgente e de suma importância para a psicologia – a revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais da Psicologia. Trata-se de um processo disparado em nível nacional pela Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP), pelo Sistema Conselhos de Psicologia (CFP e CRPs) e pela Federação Nacional dos Psicólogos (FENAPSI). Estas atividades visam discutir de forma ampla e democrática com as instituições formadoras, professores, estudantes e com categoria em geral os desafios para uma formação em Psicologia que seja atenta aos desafios sociais de nosso tempo, que busque a formação de um profissional crítico e comprometido com uma Psicologia que rompa com o viés histórico de normalização e moralização dos sujeitos. O CRP SP está participando ativamente deste processo e apoiando a ABEP na realização das atividades que visam construir um quadro robusto de contribuições para a formação.

Nestes últimos anos temos acompanhado o agravamento da situação social, política e econômica de São Paulo, do Brasil e do mundo. O quadro da desigualdade social, que avança cada vez mais, se mostra principalmente nas diversas situações de aumento da pobreza, da violência do estado, da polarização política e da consequente ameaça a direitos civis. Como psicólogas e psicólogos, temos reconhecido e sustentado o compromisso social de nossa profissão, mantendo um posicionamento coerente com princípios fundamentais do nosso Código de Ética e com a defesa intransigente dos direitos humanos. Esta edição do *Jornal Psi* traduz este compromisso quando discutimos, para além do que destacamos anteriormente, a questão das drogas e a política de redução de danos, o protagonismo e a autonomia da pessoa com deficiência e a problemática dos adolescentes em conflito com a lei.

**XV Plenário do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo**

# REDUÇÃO DE DANOS É O MODELO ALTERNATIVO À GUERRA CONTRA AS DROGAS

No delicado e acirrado debate das drogas, quais os cuidados que devem ter as/os psicólogas/os que trabalham com o tema?

O tema das drogas é delicado e atravessa direta ou indiretamente todas as dimensões da sociedade. A Psicologia, claro, está também implicada nisso. Entre tantas informações que circulam a respeito de tráfico e violência, uso e abuso, punições e tratamento, faz-se fundamental a organização das referências que orientem a atuação da/o profissional que trabalha com o tema.

A política proibicionista – aquela que há cerca de cem anos determinou em grande parte do mundo que algumas drogas seriam proibidas e outras não – “é, sem dúvidas, um importante fator da marginalização e desqualificação social dos sujeitos cuja trajetória fica de algum modo associada às drogas e a tudo que a elas esteja ligado, sobretudo por sua associação comum a processos de criminalização, gerador de preconceitos e de condenações valorati-

vas”. O apontamento é do livro *Referências técnicas para atuação de psicólogas/os em políticas públicas sobre álcool e outras drogas*, publicado pelo CFP em dezembro de 2013.

“É possível compreender a condição de um verdadeiro ‘pânico moral’ que se encontra estabelecido, no âmbito da sociedade brasileira, quando trata do tema das drogas e que a recentíssima questão da presença do crack faz acentuar”, apresenta o documento do CFP, elaborado em conjunto com o CREPOP (Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas).

“O ‘crackeiro’ seria apenas o sucessor, na linha evolutiva das substâncias vitimadoras, do ‘cachaiceiro’ e do ‘maconheiro’ que lhe antecederam nesta história de violência e dominação, na qual a miséria econômica associada à marca de raça e de classe antecipa o risco do desenvolvimento da miséria moral, condição de uma desqualificação plena daqueles indivíduos que não foram ‘fortes o bastante’, ‘resilientes’ e ‘sucumbiram ao mal’”, enfatiza o livro.

## Cracolândia

Em São Paulo, a situação na cracolândia está complexa. “Todos os serviços construídos com base nos direitos humanos e no cuidado com o usuário estão sendo fechados e dando lugar a outros que têm a lógica higienista e gentrificadora. Mais do que cuidar e tratar daquela população, querem tirar da região



da Luz esse 'problema', para fazer especulação imobiliária", relata Tamara Collier, integrante do movimento Craco Resiste.

O conhecimento em direitos humanos e redução de danos é, para Tamara, importante para a/o psicóloga/o que trabalhe com população de rua e usuário de crack. "Assim ela/ele poderá fazer uma abordagem levando em consideração que o uso de drogas não é necessariamente abusivo. E que quando é abusivo, não é só uma questão individual subjetiva, mas também sistêmica e social", considera.

### Redução de danos

Mas o que é, afinal, a redução de danos (RD)? O psicólogo André Contrucci integra o Centro de Convivência É de Lei, ONG que trabalha com redução de danos e saúde associado ao uso de drogas. Ele explica que a redução de danos "parte da premissa básica de que nós não sabemos o que é melhor para o outro e que precisamos, juntos, construir estratégias singulares que cuidem de um consumo potencialmente nocivo ou prejudicial".

Trabalhar com a perspectiva da redução de danos implica, portanto, uma ruptura com os julgamentos morais comumente relacionados às drogas, de forma a compreender o sentido dos usos de drogas na vida daquela pessoa. A partir daí é possível construir um caminho conjunto com a pessoa, de forma a buscar a diminuição de seus sofrimentos.

"Muitas vezes o indivíduo não consegue ou não quer parar de usar um psicoativo e a RD vem para oferecer possibilidades de cuidado para além da abstinência", expõe Contrucci, que trabalha com população em situação de rua e que faz uso de drogas. "Assim, celebramos pequenas vitórias, evitando a pressão que muitas vezes o discurso dominante do 'ficar limpo' acaba impondo e que resulta em grande frustração para quem não consegue se adequar", completa.

A redução de danos pode ser usada – e já é, naturalmente – em situações que vão além do uso problemático de substâncias. Como o nome já diz, são medidas tomadas individual ou coletivamente para reduzir os danos e riscos relativos às escolhas que a pessoa faz. Se alguém em uma festa resolve encher a cara, mas em alguns intervalos toma água, está praticando redução de danos. Se opta por se alimentar bem antes de consumir alguma droga, está praticando redução de danos. Se decide não dirigir por não

**"A Redução de Danos implica a pessoa, valida seus valores e saberes empíricos sobre as drogas e usos, agregando outros saberes técnico-científicos. Assim, o sujeito pode ter mais autonomia e se corresponsabilizar por seu cuidado"**

André Contrucci

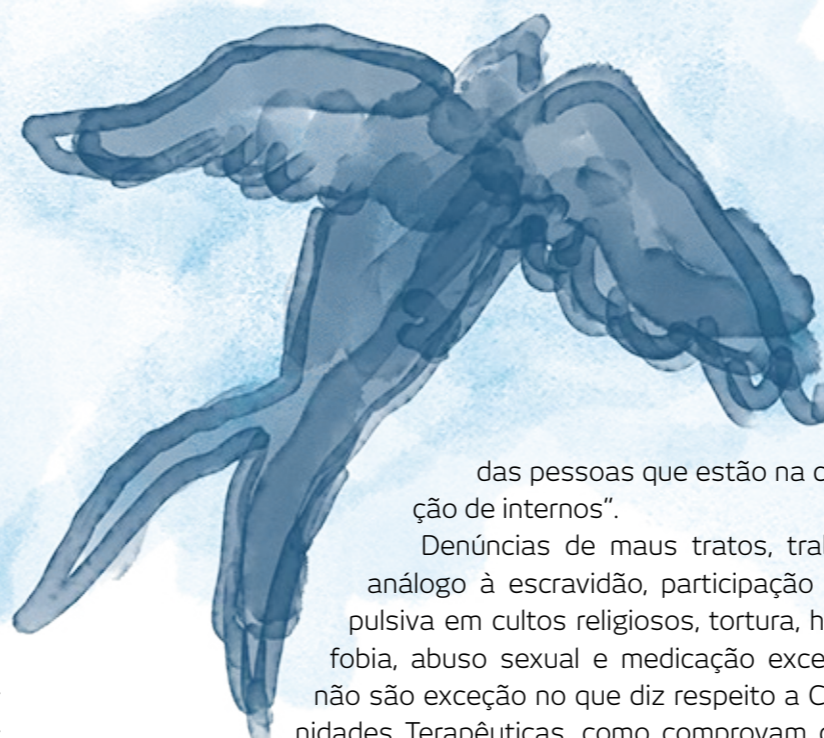
estar sóbrio, está praticando redução de danos.

"A ética, bastante clara, da redução de danos é colocar o sujeito que usa drogas no centro de seu processo de cuidado", sintetiza André Contrucci. "Trata-se de implicar a pessoa, validar seus valores e saberes empíricos sobre as drogas e usos, agregando outros saberes técnico-científicos. Assim, o sujeito pode ter mais autonomia e se corresponsabilizar por seu cuidado", afirma. "Estamos falando de um modelo dialogado, participativo e em liberdade que se opõe radicalmente à lógica dos espaços manicomiais de internação, seja em hospital psiquiátrico ou em Comunidades Terapêuticas", enfatiza.

### Comunidades Terapêuticas

Comunidades Terapêuticas – centros privados de tratamento para usuários de drogas, majoritariamente ligados a grupos religiosos – vêm aumentando no Brasil e ganhando cada vez mais financiamento público. Para se ter uma ideia, apenas pela Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo, 13 Comunidades Terapêuticas (CTs) recebem investimento público por meio do Programa Recomeço.

"As Comunidades Terapêuticas funcionam, muitas vezes, sem qualquer regulamentação e em desacordo com a Lei da Reforma Psiquiátrica e as demais políticas que orientam a atenção em saúde mental e os cuidados com os usuários de álcool e outras drogas", chama a atenção o documento de referências técnicas sobre drogas do CFP: "As principais características dessas instituições são a prática de internação prolongada, o isolamento e o forte componente religioso que orienta as suas práticas, além da inexistência de um projeto terapêutico singular, institucional e educacional, que incentive a autonomia e participação



das pessoas que estão na condição de internos".

Denúncias de maus tratos, trabalho análogo à escravidão, participação compulsiva em cultos religiosos, tortura, homofobia, abuso sexual e medicação excessiva não são exceção no que diz respeito a Comunidades Terapêuticas, como comprovam documentos como o Relatório da 4ª Inspeção Nacional de Direitos Humanos em locais de internação para usuários de drogas do CFP ou o relatório do Ministério dos Direitos Humanos feito em 2016. De acordo com este último documento, entre 2015 e 2016 houve um aumento de 48,9% de denúncias de maus tratos em manicômios, hospitais psiquiátricos e CTs feitas ao Disque 100.

Dados obtidos por meio da Lei de Acesso à Informação revelam que só a Secretaria Estadual de Saúde de São Paulo investiu, entre 2013 e 2017, R\$73 milhões em CTs. Esse valor não leva em conta os convênios feitos entre CTs e outras secretarias do governo do Estado (como a de Assistência e Desenvolvimento Social), além dos governos federal e municipal. Até o fechamento dessa matéria nenhum deles respondeu sobre quantidade e valores.

### Sociedade viciada em internações

Regiane Piva, da Comissão de Orientação e Fiscalização (COF) do CRP SP, enfatiza que o modelo de atenção aos usuários de drogas por parte das/os psicólogas/os deve ser pautado na Lei Federal 10.216/01, na qual a internação é o último recurso e deve ser breve. "É direito da pessoa ter atendimento humanizado, livre de discriminações, na rede de serviços de saúde. O cuidado envolve uma rede, na qual saúde deve dialogar diretamente com outros projetos (educação, trabalho, lazer, esporte, cultura, moradia, entre outros)", explicita.

Para Contrucci, é preciso "livrar a sociedade do vício por internações": "Esta é uma ideia que ainda reina no imaginário das pessoas, especialmente em momentos difíceis, quando elas buscam qualquer coisa que possa 'resolver o problema'", introduz, ao refletir que além de não resolver, "muitas vezes estes espaços acabam agravando o problema, com uma série de violências". Em casos de pessoas em situação de vulnerabilidade social, André reafirma a necessidade de uma política intersetorial de garantia de direitos. "Muitas vezes é a miséria e falta de perspectivas que leva ao uso compulsivo, e não o contrário", afirma.

### Trabalho na ponta

Fábio Freitas é psicólogo e coordenador técnico do CAPS AD (Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas) de Carapicuíba. A falta de recursos, a dificuldade de trabalho em rede e a falta de supervisão são as principais dificuldades elencadas a respeito de seu trabalho cotidiano. "Acredito também que a formação na Psicologia relacionada ao atendimento a esse público é deficitária, o que muitas vezes reforça estigmas e preconceitos", complementa.

"Estamos vivendo um momento delicado para o trabalho sob a ótica da redução de danos. Há um retrocesso, um discurso moralista que traz de volta uma velha onda de que só se pode trabalhar com a noção da abstinência. Isso acaba confundido um pouco a cabeça até do próprio profissional", avalia Freitas. "Precisamos ter a clareza da nossa atribuição. Somos agentes que precisam viabilizar o acesso à saúde a essas pessoas. Precisamos trabalhar com a noção de que somos um equipamento de baixa exigência", recorda.

Diante das dificuldades, a resposta para o trabalho na Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), para Fábio, é a criatividade e a maximização dos recursos disponíveis. "Fundamentalmente precisamos manter sempre uma escuta apurada, ampliada, uma inteireza na interação com a pessoa", defende.

Em 2019 serão celebradas três décadas da prática da redução de danos no Brasil. "São quase 30 anos de luta contra a hipocrisia, a exclusão e o conservadorismo", comenta Contrucci. E apesar dos tempos difíceis, não hesita: "Seguimos firmes no compromisso ético-político de defender os direitos das pessoas que usam drogas".



"Madrinha do mosaico"



"Cor por cor"



"Casa futurista"

Em sua oitava edição, o Prêmio Arthur Bispo do Rosário, organizado pelo CRP SP, traz o olhar para produções artísticas feitas por usuárias/os da saúde mental. As obras selecionadas serão expostas em uma estação de metrô de São Paulo em maio.

"Eu acho que a arte é a própria vida. É um jeito de respirar, de se alimentar, de ver as coisas". Assim é a definição de arte para Nara Mitiru Isoda, que teve uma de suas fotografias selecionadas na edição anterior do prêmio, realizada em 2014. Sua mãe era artista e ela e seus irmãos desenhavam desde criança. Batizadas de "cor por cor", a ideia das suas fotos partiu da relação com a casa de seu pai, uma casa antiga. Uma banheira amarela, um banheiro azul, um

tapete de outra cor, assim ela fez uma brincadeira artística em que cada foto dos pedaços da casa ficasse tingida de uma só cor. "Como se fossem várias cores no corpo", descreve.

Hoje Nara faz Artes Plásticas e continua tirando fotos, apesar de não ter uma câmera. "A que eu usei é do meu irmão, que me ensina bastante", conta. Ela tem se dedicado mais, atualmente, ao desenho e à pintura.

Já Osvaldo Vicente Francisco gosta de fazer esculturas com materiais recicláveis. A "Casa futurista", como nomeou a obra ganhadora da sétima edição do prêmio, foi feita com 3200 palitos de fósforo. "A minha intenção era fazer um barco. Aí eu olhei e percebi que parecia uma casa. Então vai ser uma casa flutu-

ante. Eu fiz e o pessoal gostou. Nem imaginava nem pensava", diz.

"Passei momentos difíceis por causa do alcoolismo. Morava em albergue, morava na rua. E sempre pegava palito de churrasco, papelão, várias coisas", relata Osvaldo, que frequenta o Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS AD) de Santo André.

Sem muito barulho no ouvido ele consegue se focar. "Quando estou fixado, me torno uma pessoa criativa. Mas se eu parar, aquele serviço é perdido", resume Osvaldo, que faz esculturas como essa desde 2014. "No meu caso aquilo ali me ajuda a trabalhar minha vida psicológica, minha mente. Eu procuro abrir minha mente para outras coisas. E é importante, sabe por quê? Tem gente que duvida. Que acha que uma pessoa não tem capacidade. Porque a gente tem muito estresse nessa vida, e muita gente lá em cima não vê", se emociona.

Como Osvaldo montou a "Casa futurista" ou a escultura de um metro e meio que faz com palito de sorvete? "Ninguém me ensinou, aprendi sozinho. Falar como eu fiz? Não tem explicação! Vinha uma coisa na minha mente e saía outra. Os oficinairos foram me estimulando e assim aprendi muita coisa", explica. "Às vezes eu não entendia eu, mas eles entendia eu", conta, se referindo às/aos trabalhadoras/es do CAPS AD.

Osvaldo Francisco se inscreveu na edição desse ano do Prêmio Arthur Bispo do Rosário. Dessa vez com a escultura de uma casa feita de 2500 palitos de fósforo que ele cortou ao meio, com um cortador de unha.

Outro selecionado da edição anterior e inscrito nessa é Alexandre do Carmo Pompeu da Silva. Seu quadro "Madrinha do mosaico", exposto em 2014, foi feito durante um período em que estava internado em uma clínica em Campinas. "À noite tinha um pessoal que dava supervisão e levavam esse materiais de arte. Eu ficava desenhando, em período de descanso mesmo. Fui traçando com aquelas régua geométrica, depois colori, surgiu a inspiração", narra.

Alexandre já trabalhou com artesanato de couro e prata e desde pequeno gosta de pintar. Se inspira em livros de arte. O interesse por arte não veio de influência familiar, mas foi alimentado por um grande amigo. "Já faz tempo que não o vejo, mas a gente andava muito junto e ele me influenciou, principalmente em relação à música, gosto de tocar violão também", comenta. "A arte é fundamental na minha vida. Ela expressa o momento que você está vivendo, como você é, como você está inserido no contexto da sociedade", constata Alexandre.

Apesar de ser uma forma de cuidado e de terapia, Nara ressalta que a arte tem a potência de ser até mais do que isso: de ser um alimento. "Aí depois que você se alimenta, aquilo começa a fazer parte de você. E podemos criar", interpreta Nara: "Mas nunca criamos do nada. Daí a importância do contato, de olhar trabalho de outros artistas, de poder se encantar. Por isso acho os grupos, as oficinas e as visitas a espaços de cultura recursos muito importantes na saúde mental".

# A VIOLAÇÃO DE DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA ESTÁ NA VULNERABILIDADE DAS INTERAÇÕES SOCIAIS

## Reconhecimento das singularidades, socialização e defesa da autonomia são fundamentos da Psicologia que contribuem com o acesso das pessoas com deficiência aos seus direitos

“O conceito de deficiência nestes dispositivos apresenta significativo avanço quando desloca a deficiência do indivíduo para o social”, avalia Beatriz Mattos, coordenadora do Núcleo Psicologia e Deficiência do CRP SP. “Há séculos, a compreensão arraigada da deficiência como desvio/defeito/falha tem ocasionado prejuízos severos a essa população, tal como a segregação e a invisibilidade social”, recorda.

Citando estudos da Organização das Nações Unidas (ONU), Mattos enfatiza que pessoas com deficiência estão mais expostas a serem vítimas de violência, principalmente as crianças e as mulheres. “Maus tratos, falta de cuidados adequados por parte do cuidador, negligência, abandono, confinamento, agressão física, psicológica e sexual, entre outras situações”, detalha.

Biancha Angelucci, psicóloga e docente da Faculdade de Educação da USP, destaca que o direito à comunicação é um dos direitos basilares pelo qual o movimento de pessoas com deficiência luta. “Se você não tem direito a um meio de comunicação – e aí estamos falando de sistemas, de códigos – você é impedido de acessar outros direitos. Se a pessoa não sabe o que está acontecendo, ela não pode participar e decidir, portanto não tem autonomia”.

O direito linguístico é, também para Raissa Tostes, um dos mais caros, ao menos para as pessoas surdas. Ela fala por experiência própria. Psicóloga surda, Raissa explica que há séculos há uma tensão entre perspectivas distintas no que tange a perda auditiva.

“De um lado, a visão clínica promete ‘cura’, ao propor à criança surda um longo ‘tratamento’ fonoaudiológico e uma interação somente com seres da língua oral-auditiva, levando o sujeito à condição de ouvinte, aprendendo a ouvir e a falar”, expõe Tostes. Por outro lado existe a visão socioantropológica, que “compreende a surdez como uma diferença linguística e cultural, e, portanto, defende a língua de sinais como uma língua necessária para o desenvolvimento do pensamento e da linguagem”.

O nó se complica ao pensarmos que não é possível que o bebê surdo faça uma série de escolhas que envolvem essas duas tendências. De qual língua desfrutar? Estudar em uma escola com língua de sinais ou não? Usar aparelhos auditivos ou não?

“Feito o diagnóstico de surdez, em geral a equipe médica busca devolver à família o bebê ideal, aquele

**A**s pessoas com deficiência constituem um segmento cada vez maior da população mundial: já são aproximadamente um bilhão de pessoas. O dado do Relatório Mundial sobre Deficiência da Organização Mundial da Saúde aponta que esse número equivale a 15% da população. No Brasil, o último censo do IBGE (2010) mostra que são ao menos 45 milhões de pessoas – quase um quarto dos habitantes do país – que apresentam algum tipo de deficiência. Apesar de serem tantos, ainda são muitos os obstáculos para que exerçam plenamente seus direitos.

Pessoa com deficiência é aquela, de acordo com a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2007) e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – LBI, “que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas”.

**“A pessoa pode não ter a liberdade de movimento, pode precisar de auxílio para se comunicar, mas isso não quer dizer que ela não deva ser considerada na sua capacidade de fazer eleições sobre a sua própria vida.”**

Biancha Angelucci

que foi ‘perdido’ depois dos resultados dos testes, com a oferta de recursos tecnológicos”, nota Raissa. A opção cirúrgica (e mais invasiva), nesses casos, é apresentada como a melhor, por prometer a “normalização da criança”. A opção da língua de sinais comumente sequer é apresentada. “A liberdade do surdo em comunicar-se muitas vezes é rejeitada e a sua existência é patologizada, configurada ao viver de um ouvinte”, lamenta Raissa.

Assim, conclui Tostes, o comprometimento profundo das pessoas surdas não está em sua deficiência biológica, mas na vulnerabilidade das interações sociais. “Isso acontece pelo fato da sociedade majoritária não proporcionar aos surdos uma língua viva e independente”, salienta.

Os princípios que orientam hoje o trabalho com a população que tem deficiência partem justamente da quebra desse paradigma da normalização. “Historicamente a Psicologia trabalhou nessa perspectiva, a de ‘vamos tornar essas pessoas o mais normais possíveis’. É importante superarmos esse paradigma”, critica Angelucci. Para isso, o fundamental é o contato.

“O contato com as pessoas com deficiência não deve ser aquele de ‘eu estou aqui para te salvar da sua limitação’. Mas sim o de se pautar pela ideia de que os profissionais vêm para escutá-las, para fazer dessa convivência uma convivência reflexiva sobre quais as barreiras que o mundo tem produzido para que as pessoas não tenham direito à vida digna”, orienta Angelucci.

A partir dessa convivência reflexiva, defende a psicóloga, é que a Psicologia pode contribuir na desnaturalização do isolamento de pessoas com deficiência.

“Precisamos desnaturalizar a ideia de que pessoas com deficiência não podem fazer trabalhos, de que não são produtivas, de que não podem fazer parte das escolas comuns, de que não podem participar das Olimpíadas. Tudo para eles tem que ser à parte né?”,

contesta Biancha Angelucci, ao exemplificar com as Paralimpíadas, as escolas especiais e o emprego apoiado.

### Reconhecimento das singularidades

A escuta psicológica essencial do surdo, na opinião de Raissa Tostes, deve ser feita com a perspectiva de “movimentar o seu ser e não o seu fazer, fortalecer a sua identidade e não a identidade social, e valorizar o seu próprio viver e não o viver prescrito por outros”. A tarefa não é simples, mas é possível, salienta, “desde que a/o psicóloga/o não domine o surdo, mas faça com que suas angústias e seus desejos sejam melhor compreendidos e ressignificados”.

O papel da Psicologia na remoção das barreiras físicas e culturais entre as pessoas com deficiência e a sociedade de modo geral é, na visão de Beatriz Mattos, bastante importante. “Podemos contribuir com a redução dos estigmas, do preconceito e da discriminação, no sentido de garantir a participação e o protagonismo dessa população em todos os âmbitos”.

Sendo uma ciência que realiza seu exercício profissional partindo da singularidade dos sujeitos (mesmo em processos coletivos), a Psicologia tem a potência de contestar, na visão de Angelucci, “a padronização de preceitos, condutas, personalidades, afetos. A gente vai questionar essa normalização e valorizar as produções singulares”.

“Esse fundamento da Psicologia tem grande importância no reconhecimento dos direitos e na valorização da participação das pessoas com deficiência na medida em que a gente busca construir com cada pessoa o seu modo de participar”, propõe Biancha, ao dizer que isso significa “reconhecer diferentes formas de se comunicar, de se movimentar, de se expressar, de pensar”. O fundamento do trabalho da Psicologia, portanto, ajuda no reconhecimento das singularidades.

### Socialização ao invés de isolamento

Outro aspecto da Psicologia que colabora com

o acesso das pessoas com deficiência aos seus direitos é o reconhecimento de que a melhor forma de se desenvolver no mundo não passa pelo isolamento.

A psicóloga Biancha Angelucci aponta que a perspectiva que tem o movimento antimanicomial de romper com a segregação em defesa da autonomia do sujeito a ser cuidado, vale também para pessoas com deficiência. “Não é numa instituição especial só para pessoas com deficiência que ela vai conseguir se desenvolver e encontrar meios de crescer, mas ao contrário: é na convivência com outras pessoas”, argumenta: “Assim como as pessoas sem deficiência vão reconhecer diferentes formas de organizar a sensorialidade, a fala e a mobilidade, na medida em que elas também puderem conviver com pessoas com deficiência”.

### Direito à autonomia

Entre os cuidados fundamentais que devem ter psicólogas/os que trabalham com essa população, um deles apareceu reiteradamente na fala de todas as entrevistadas. Para saber o que querem as pessoas com deficiência, é preciso escutar delas o que querem.

“A pessoa pode não ter a liberdade de movimento, pode precisar de auxílio para se comunicar, mas isso não quer dizer que ela não deva ser considerada na

sua capacidade de fazer eleições sobre a sua própria vida”, ressalta Biancha. O discernimento entre o que a pessoa com deficiência pensa, sente e quer para si do que desejam e esperam os profissionais e familiares é chave para o reconhecimento do direito à autonomia.

Alguns poderão argumentar que existem pessoas com deficiência que não tem capacidade de tomar decisões por si. “Convido essas pessoas a conhecer a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência quando fala da decisão apoiada, principalmente no que se refere à pessoas com deficiência intelectual. Faz cair por terra essa ideia de que alguém seja incapaz de tomar decisões: isso é superado pela ideia de que a pessoa precisa de apoio”, rebate Angelucci.

Apoio social e comunitário para que a pessoa possa tomar suas decisões implica que ela tenha, ao seu redor, um conjunto de pessoas no qual confia e que ela mesma elege, para que a ajudem a tomar suas decisões (não que a tomem por ela). “Respeitar o direito à autonomia das pessoas implica também que a gente possa suportar que as pessoas façam escolhas mesmo que a gente não as considere as melhores”, finaliza Angelucci: “Precisamos suportar que as escolhas dos outros não são as nossas. E ajudá-los com suas escolhas e com as consequências delas”.



# CRP SP LANÇA REPOSITÓRIO DIGITAL

**A biblioteca online disponibiliza todo o material produzido pelo CRP SP desde a sua fundação**

**R**evistas, jornais, cadernos, livros, manuais, fotos, vídeos, atas, cartazes, documentos, folders, áudio, banners. Por meio de poucos cliques, qualquer pessoa poderá ter acesso a todo o acervo do CRP SP. O repositório digital – desenvolvido pelo CEDOC (Centro de Documentação do CRP SP) e pelo Grupo de Trabalho (GT) História e Memória – representa um marco na democratização do acesso às informações da Psicologia paulista.

O material disponível na plataforma online “vai servir tanto para a categoria de forma geral, quanto para estudantes e pesquisadores do campo da Psicologia e dos temas que têm relação com a área”, apresenta Rodrigo Toledo, coordenador do GT História e Memória. “A principal ideia é democratizar o acesso a tudo o que foi e está sendo produzido pelo Sistema Conselhos e, assim, o acesso à história da Psicologia”, ressalta.

O funcionamento do repositório é fácil. A busca pelo acervo do CEDOC – que já é composto por cerca de dois mil itens – pode ser feita por assuntos, títulos, autores, data do documento e coleções. Há também a possibilidade de fazer a busca por categorias, tais

como direitos humanos, ética, políticas públicas, orientações, dia da/o psicóloga/o, eleições, entre outras.

## Amadrinhamento

A ideia de o nome do repositório digital ser uma homenagem a uma personalidade da Psicologia surgiu no GT História e Memória. “Temos no nosso trabalho um histórico de homenagem às/aos pioneiras/os do campo da Psicologia: produzimos uma série de 13 vídeos sobre pessoas que deram importantes contribuições para nossa área. E pensamos que seria legal que o nome de alguma referência para nós batizasse também o acervo digital”, conta Rodrigo Toledo.

Os critérios para definir possibilidades de pessoas para homenagear foram três. “Decidimos que seria um amadrinhamento, que a homenageada deveria ser uma mulher. A Psicologia, além de ser uma categoria predominantemente feminina, é também marcada por uma história forte de contribuição de importantes mulheres”, expõe Toledo: “Outro critério foi que fosse alguém que tenha contribuído para a Psicologia no estado de São Paulo já que o repositório é do CRP SP. E, por último, que essa pessoa tenha contribuído com a transformação não só da Psicologia, mas da sociedade de forma geral”.

Assim foram elencados os nomes de Ecléa Bosi, Iara Lavelberg, Fúlvia Rosemberg, Maria Nilde Mascellani e Virgínia Bicudo: uma enquete online foi aberta para a escolha de qual batizaria o repositório. Até o fechamento deste jornal o resultado da enquete ainda não estava público. Confira um pouco da história dessas inspiradoras mulheres.



## Ecléa Bosi (1936-2017)

Formada em Psicologia pela USP em 1966, no ano seguinte Bosi já compunha o corpo docente da universidade, da qual não sairia por seis décadas, até o final de sua vida. Ecléa escreveu o clássico livro *Memória e Sociedade: lembranças de velhos* (1979), que inspiraria até peças de teatro. Professora Emérita da USP, foi idealizadora do programa Universidade Aberta à Terceira Idade.

Gerações de pesquisadores “beberam nos escritos de Ecléa sobre memória-sonho, memória-trabalho. Com ela aprendemos a fazer entrevistas respeitando o tempo de quem narra, criando vínculo”, escreveu na *Revista Cult* uma de suas alunas, Bianca Santana.



## Iara Lavelberg (1944-1971)

Ao entrar na USP Iara já criou gosto por lecionar: primeiro no cursinho do grêmio, depois do próprio Instituto de Psicologia da USP como professora assistente. Na luta armada contra a ditadura militar, Iara se engajou na POLOP, VPR, VAR-Palmares e MR-8.

Aos 27 anos Iara foi executada pela repressão política em Salvador. O regime afirmou que havia sido um suicídio. Apenas em 2003 a família Lavelberg conseguiu, por meio de batalha judicial e a partir da exumação de seu corpo, confrontar a versão dos militares.



## Fúlvia Rosemberg (1942-2014)

Psicóloga e escritora, Fúlvia foi uma das maiores autoridades no Brasil sobre ações afirmativas e educação infantil. Pesquisadora da Fundação Carlos Chagas, foi professora da PUC-SP e atuou no Instituto Sedes Sapientiae. Com vasta produção bibliográfica, Fúlvia tornou-se reconhecida na Psicologia Social nos temas referentes à infância, relações raciais e de gênero.



## Maria Nilde Mascellani (1931-1999)

Na graduação em pedagogia na USP, Maria Nilde teve aula com Florestan Fernandes. Em 1962 foi mentora da inovadora proposta dos ginásios vocacionais, implementada em seis escolas da rede pública paulista. Os vocacionais introduziram o estudo do meio, a pedagogia de projetos e disciplinas extracurriculares como teatro, cinema, música e artes plásticas.

Mas não duraram muito. Os ginásios vocacionais foram fechados pela ditadura militar e Maria Nilde presa. Depois de liberta, criou o centro educacional na Faculdade de Psicologia da PUC-SP, onde foi professora.



## Virgínia Leone Bicudo (1915-2003)

Professora normalista e educadora sanitária, Virgínia Bicudo foi pioneira no estudo de relações raciais no Brasil. Em 1945 realizou a primeira pesquisa de pós graduação em Ciências Sociais sobre o assunto. Participou, em São Paulo, da fundação do Grupo Psicanalítico de São Paulo.

Uma das primeiras professoras universitárias negras do Brasil, Virgínia lecionou na Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo e na Escola Livre de Sociologia e Política. Foi também diretora editorial da *Revista Brasileira de Psicanálise*.



# MULHERES DENTRO E FORA DA PSIC<sup>♀</sup>LOGIA



**Romper com estereótipos acerca das desigualdades entre homens e mulheres e entender como subjetividades são constituídas por contextos políticos e históricos são algumas das contribuições da Psicologia para uma sociedade igualitária**

**N**a Psicologia brasileira, nove em cada dez profissionais são mulheres. A maioria (76%) tem entre 30 e 59 anos e o percentual das que têm até 29 anos é mais que o dobro das maiores de 60. Os dados são da pesquisa *Uma profissão de muitas e diferentes mulheres* realizada pelo CFP em 2013.

Mesmo sendo uma categoria majoritariamente formada por mulheres, as desigualdades impostas por uma sociedade machista atravessam a profissão e a e a forma como as/os psicólogas/os se relacionam com a sociedade. Ocupar a presidência do CRP SP neste momento, representando uma categoria hegemonicamente feminina é, relata Luciana Stoppa, um desafio.

“O enfrentamento às questões de gênero dentro do campo psi ainda é bastante árduo, afinal, ainda que sejamos uma profissão de tantas e diferentes mulheres, não deixamos de vivenciar o impacto da alteridade feminina como menor ou frágil”, expõe Stoppa. “A

luta é nossa e é grande. Trata-se de uma luta por uma radical transformação social” constata, e em seguida lembra de uma faixa da Marcha das Mulheres Negras para Bem Viver: “Quando uma sobe leva junto todas as outras”.

Com essa ideia chega o 8 de março, dia internacional de luta das mulheres. A data, marcada por eventos, greves e grandes manifestações de rua, traz mais elementos para o quente e grosso caldo do debate público a respeito das desigualdades de gênero no Brasil.

Tramita na Câmara dos Deputados a PEC 181/2015, aprovada pela comissão especial em novembro do ano passado por 18 deputados federais homens aos gritos de “vida sim, aborto não!”. A proposta prevê a criminalização do aborto até nos casos em que hoje é permitido no Brasil (risco de morte para a mãe, gravidez decorrente de estupro ou anencefalia). O aborto, mesmo sendo crime, é praticado por

mulheres em todo o mundo e a impossibilidade de realizá-lo de forma segura é a quarta maior causa de mortalidade materna no Brasil.

Enquanto isso, o Brasil registra um estupro a cada 11 minutos, de acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública. A cada 7,2 segundos uma mulher é vítima de violência física, aponta o Instituto Maria da Penha. O Atlas da Violência 2017 revela, ainda, que enquanto a taxa de mortalidade de mulheres não negras caiu 7,4% entre 2005 e 2015, enquanto entre mulheres negras o índice subiu 22%.

Apesar dos números escabrosos, é possível dizer, por outro lado, que temas historicamente abordados pelos movimentos feministas, como feminicídio, violência doméstica, acesso a espaços de poder e assédio parecem estar cada vez mais presentes nas conversas cotidianas.

Exemplo disso é o espaço conquistado na internet para debates relacionados à gênero. Apuração feita pela Agência Brasil mostra que de janeiro de 2014 a outubro de 2015 o número de buscas pelo termo “feminismo” no Google aumentou 86,7% no Brasil. A pro-

**“As opressões se cruzam e produzem humilhação e sofrimento, nos adoecem. À/ao psicóloga/o cabe então politizar este sofrimento e esta opressão e não individualizá-la ou torná-la uma condição patológica isolada”**

**Luciana Stoppa**

liferação, desde projetos e campanhas como #primeiroassédio, #chegadefiuuiu, #agoraéquesãoelas até de coletivos e espaços auto-organizados de mulheres revelam o crescimento do interesse pelo questionamento às disparidades entre homens e mulheres.

Flávia Eugênio, psicóloga especialista em psicologia política e integrante do Núcleo de Sexualidade e Gênero do CRP SP, nota uma crescente no debate

sobre as questões de gênero, mas questiona a qualidade com que os temas são abordados. “Na grande mídia, pela qual a maioria das pessoas ainda se informa, o debate é colocado de modo limitado e em muitos casos, de maneira distorcida, carregado de estereótipos. Quando querem retratar a violência doméstica em uma novela, é comum que seja com uma mulher pobre. Em casos de estupro, comum que seja uma mulher negra”, ilustra.

O debate público sobre as questões de gênero no Brasil vem acontecendo, na visão da psicóloga Ivani Oliveira, de forma paralela e ambivalente. “Por um lado temos uma tomada de consciência de que as relações de gênero fazem parte do nosso cotidiano, entendemos melhor os conceitos, as leis, os movimentos feministas, identificamos as desigualdades no mercado de trabalho e as diversas violências e seus ciclos”, caracteriza a conselheira do CRP SP, ao ponderar que, no entanto, “existe uma parcela da sociedade que se nega a fazer a reflexão sobre o fato de que ser homem ou mulher não é natural, mas uma construção social que engloba um conjunto de ideias e de padrões de comportamentos que definem o que deve ser considerado feminino e masculino”.

### Opressões que se cruzam

“Raça é a maneira como a classe é vivida. Da mesma forma que gênero é a maneira como a raça é vivida. A gente precisa refletir bastante para perceber as intersecções entre raça, classe e gênero, de forma a perceber que entre essas categorias existem relações que são mútuas e outras que são cruzadas. Ninguém pode assumir a primazia de uma categoria sobre as outras.” A constatação da filósofa e ativista estadunidense Ângela Davis, no texto *As mulheres negras na construção de uma nova utopia*, resume o questionamento à ideia de uma única e universal figura de mulher.

Questionamento esse feito há décadas pelas feministas negras, ao apontarem os limites daquele feminismo que não enxerga as particularidades, por exemplo, de ser mulher em uma sociedade racista. No caso brasileiro, de ser mulher em um país com 354 anos de escravidão negra e último do mundo a aboli-la.

“Compreender os atravessamentos do que nos constitui como mulher é de fundamental importância para a Psicologia: não é a mesma coisa ser mulher branca ou mulher negra, ser mulher branca pobre ou



mulher negra pobre, ser mulher, negra com deficiência, ou ser mulher, homossexual pobre com deficiência”, destaca Luciana Stoppa, presidenta do CRP SP. “As opressões se cruzam e produzem humilhação e sofrimento, nos adoecem. À/ao psicóloga/o cabe então politizar este sofrimento e esta opressão e não individualizá-la ou torná-la uma condição patológica isolada – é esse movimento crítico da/o psicóloga/o, esteja em que contexto estiver, a atitude que favorece à mulher atendida a compreensão de sua condição e a construção de caminhos de saúde e emancipação”.

Exemplos de como as diferentes opressões se entrelaçam não faltam. A disparidade salarial no mercado de trabalho é um deles. A cada semana, as mulheres trabalham em média 7,5 horas a mais que os homens. Mais de 90% das mulheres brasileiras declararam realizar atividades domésticas, proporção que se manteve inalterada ao longo de 20 anos. Esses são alguns

dos números divulgados pelo estudo “Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça com base em séries históricas de 1995 a 2015” da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do IBGE. Os melhores salários são dos homens brancos, seguidos de mulheres brancas, homens negros e mulheres negras. A pesquisa mostra que a diferença salarial média entre uma mulher negra e um homem branco é de 60%.

Como essa disparidade se dá na Psicologia, categoria composta por 89% de mulheres de acordo com pesquisa do CFP realizada em 2013? Na opinião de Flávia Eugênio, o trabalho da Psicologia é muitas vezes desvalorizado pelo simples fato de ser uma profissão hegemonicamente constituída por mulheres. “As profissões relacionadas ao cuidado, historicamente destinado às mulheres, são bastante desvalorizadas. Assim acontecem com as enfermeiras, professoras, assistentes sociais, etc.”, observa.

### Naturalização do machismo

Pode parecer paradoxal, já que os números são tão alarmantes e que são tantas as situações cotidianas que escancaram as desigualdades entre homens, mulheres, pessoas trans. Mas existe também a naturalização da existência do machismo que em algum nível quase o invisibiliza, que o enraíza como se fosse algo dado, normal, intrínseco às relações.

“Agimos conforme ensinamentos que recebemos desde a primeira infância, mesmo com as mudanças dos lugares ocupados pelas mulheres na atualidade”, observa Ivani Oliveira. “Nossa cultura produz e perpetua o machismo por meio das músicas, filmes, contos, ditados populares e tudo isso vai moldando nossa subjetividade, fazendo-nos naturalizar as relações de poder sem as questionar”, afirma.

“Trata-se de algo tão historicamente construído e arraigado que essas crenças acerca dos papéis

sociais de homens e mulheres são reproduzidas por ambos”, reflete Stoppa. “Sim, nós mulheres também reproduzimos o machismo”, declara. “Nós, mulheres, nos submetemos ao silenciamento produzido por uma sociedade branca, masculina, heteronormativa e misógina, que possui hegemonia de fala. O patriarcado não suporta as lutas coletivas pela democracia, pelos direitos, não admite a fala política, social e subjetivamente emancipada e trava uma batalha bastante desigual para oprimir e silenciar as/os que ousam transgredir”.

A batalha é desigual, na visão de Luciana, porque os meios de produção de discursos colocam as mulheres em um patamar intelectual e politicamente inferior: “Homens ocupam os altos escalões da política, os melhores espaços na produção de conhecimento acadêmico, são os ‘donos da lei e da ordem”.

## Contribuições do feminismo para a Psicologia

Para Stoppa, um dos maiores pontos nos quais o debate feminista agrega na discussão sobre a constituição da subjetividade e da identidade é por entendê-la como um processo fluido, cultural e social, e não como entidade pré-determinada. “O feminismo contribui com a politização do debate sobre ser mulher, avançando na compreensão dos determinantes sociais e políticos que nos constituem e fugindo de discursos essencialistas e romantizados que servem apenas para o controle de nossas vidas”, destaca.

“O feminismo, inclusive, critica aquela Psicologia que reproduz os estereótipos de gênero baseada em teorias hegemônicas e patriarcais, questiona terapias tradicionais que não consideram o contexto histórico, cultural e político que envolve o desenvolvimento das pessoas e das relações”, complementa Flávia Eugênio.

## E da Psicologia para o feminismo

Os sofrimentos causados pelas opressões de gênero, classe, raça e sexualidade invariavelmente aparecem na clínica. “Atendo mulheres profissionais que enfrentam jornada de trabalho de 40 horas semanais, estudam, são responsáveis pela limpeza e manutenção de suas casas, cuidado com os filhos, e quando,


NENHUM  
AMOR SE  
JUSTIFICA  
COM DOR

por exemplo, esquecem a chupeta do bebê fervendo a ponto de derreter vão buscar atendimento psicológico com a queixa de que estão com perda de memória”, descreve Ivani Oliveira, ao enfatizar como “a tripla jornada feminina e a divisão sexual do trabalho impostas pelo machismo afetam a saúde mental dessas mulheres”.

Flávia Eugênio trabalha com mulheres em situação de violência desde os tempos em que estava na graduação. A psicóloga lamenta ao recordar que uma de suas professoras, referência dessa temática na faculdade, interpretava como delírios os relatos de violência das mulheres atendidas por Flávia.

“Lutamos contra a patologização, medicalização e culpabilização das mulheres em situação de violência e no entanto ainda vemos uma Psicologia acrílica – decorrente de uma ciência machista – ensinando exatamente o contrário”, lamenta, ao apontar um déficit na formação acadêmica da categoria nessa temática. Ainda assim, Flávia nota a importância de publicações de referências técnicas do CRP SP e de resoluções do CFP para a atuação profissional em relação às questões de gênero, orientação sexual e identidade.

A Psicologia, acrescenta Ivani, pode ajudar a elucidar como se dão os processos subjetivos que conformam as relações de gênero. Considerando que o fazer psicológico é baseado na escuta, na acolhida e na compreensão do sujeito na sociedade, ele pode também contribuir com a compreensão das experiências que são vividas em corpos hierarquizados socialmente por suas constituições de gênero, raça, classe e orientação sexual. “Essa hierarquização produz desigualdades de poder, mas essas relações podem ser transformadas para construção de novas relações”, defende.



**SUBSEDE  
VALE DO  
PARAÍBA  
E LITORAL  
NORTE**

## **VOLTA OS OLHOS PARA A SAÚDE MENTAL E O SISTEMA PRISIONAL**

Crédito: Arquivo CRP SP

*Com quase 4500 psicólogas/os inscritas/os, a Subsede tem dado atenção às áreas de saúde mental, assistência social, sistema prisional e graduação em Psicologia*

Com cerca de 2,5 milhões de habitantes, a Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte representa o terceiro maior aglomerado urbano do Estado de São Paulo. Espalhados pelos 39 municípios que compõem a região, cerca de 4500 psicólogas/os têm inscrição ativa: a quantidade é superior às inscrições profissionais de mais de 15 Estados brasileiros.

Entre as principais questões que atravessam o território, localizado entre os dois maiores polos econômicos do país – São Paulo e Rio de Janeiro –, a Subsede do CRP SP destaca as áreas de saúde mental, assistência social, sistema prisional e graduação em Psicologia.

Para dar conta da capilarização das ações do CRP SP e de uma leitura das especificidades do território, a Comissão Gestora da Subsede do Vale do Paraíba e Litoral Norte adotou como critério de composição a participação de uma/um psicóloga/o de cada sub-região: o chamado Vale Histórico (Cruzeiro/Guaratinguetá), Litoral Norte, São José dos Campos e Taubaté.

Em articulação com o Sindicato dos Psicólogos de São Paulo (SINPSI), a Subsede tem apoiado a luta pela redução da jornada de trabalho e pela remuneração digna da categoria, principalmente nas cidades de Jacareí, São Bento, Tremembé, Piquete e Caraguatuba. “A luta por condições dignas de trabalho busca dar base para que a Psicologia esteja comprometida com as demandas da sociedade”, avalia Juliel Modesto, coordenador da Subsede.

### **Políticas públicas e ampla defesa à saúde**

Ainda que estejam contribuindo com o controle social da execução de políticas públicas em algumas áreas – participando do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Pindamonhangaba, do Conselho Municipal de Saúde de São Sebastião, do Fórum dos Direitos da Criança e do Adolescente de São José dos Campos e do Conselho Municipal de

Assistência Social de Taubaté – a preocupação com o serviço de saúde mental é grande.

“Em nossa região não se estruturaram serviços antimanicomiais da Reforma Psiquiátrica e, portanto, as referências para o atendimento da população em sofrimento psíquico são as internações em unidades hospitalares, como os hospitais Francisca Júlia e Chuí em São José dos Campos”, esclarece Modesto.

### Hospital de custódia e sistema prisional

Em São Paulo existem três hospitais de custódia, os chamados hospitais-prisão. Um deles é em Taubaté, na região do Vale do Paraíba e Litoral Norte. São encaminhadas para essas instituições pessoas detidas que são consideradas pelo promotor, advogado ou juiz “descapacitadas” e, a partir de um laudo psiquiátrico, têm sua pena de prisão convertida em medida de segurança num hospital de custódia, que está sob comando da Administração Penitenciária. Diferentemente da pena de prisão, a internação nesses hospitais não tem prazo definido.

O Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico (HCTP) de Taubaté já completou, em 2014, 100 anos de existência. A unidade traz em seu currículo a prisão de criminosos famosos, como o Bandido da Luz Vermelha, além de rebeliões e chacinas. A pior delas foi em 2002, quando nove pessoas foram mortas.

“No HCTP estamos acompanhando caso de cumprimento de medida de segurança cujo tempo de internação já completará 20 anos e o internado foi réu em processo criminal pelo qual cumpriu a pena máxima prevista no Brasil – 30 anos”, alerta Juliel.

Enquanto isso, em unidades prisionais de Tremembé, a Subsede ressalta que há registros de ordens judi-

ciais que determinam o uso de instrumentos psicológicos específicos, “sem que a psicóloga tenha autonomia na definição teórico-metodológica no exercício profissional, para que a progressão de regime de cumprimento de sentença judicial esteja fundamentada no paradigma jurídico-psiquiátrico da periculosidade”.

### Aumento dos cursos de graduação

A Região do Vale do Paraíba e Litoral Norte – correspondente a 6,5% do território paulista – vem aumentando a oferta de graduação em Psicologia. Atualmente já são oito. “O diálogo do CRP SP com a faculdade de Psicologia é importante para a formação ético-política da/o graduanda/o e para que o projeto político do curso possa, ao mesmo tempo em que oferece uma formação generalista, construir projetos de pesquisa e extensão universitária envolvidos com as demandas do território”, observa Modesto.

Entre os principais desafios para o comprometimento da Psicologia com as demandas do território, o coordenador da Subsede elenca “a garantia de que o exercício profissional esteja orientado pela autonomia da psicóloga na definição teórico-metodológica, aos limites éticos e técnicos na prestação do serviço público; e ao enfrentamento de políticas públicas que não têm por base a defesa de direitos sociais”.

A reativação do núcleo regional da Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP), a realização do encontro preparatório para revisão das diretrizes curriculares da Psicologia e a organização, em conjunto com a Coordenação Nacional de Estudantes de Psicologia (CONEP), do I Encontro Regional de Estudantes de Psicologia são algumas das pretensões da Subsede para o próximo período.

Crédito: Arquivo CRP SP



Reunião Preparatória para I Encontro de Estudantes de Psicologia realizada em 3 de março em parceria Subsede do Vale do Paraíba e Litoral Norte do Conselho Regional de Psicologia - CRP SP e a Associação Brasileira de Ensino de Psicologia - ABEP.

## RESOLUÇÃO DO CFP

# VETA A TRANSFOBIA NA PRÁTICA PROFISSIONAL

**Documento similar ao que se posiciona contra supostos tratamentos para a reversão da homossexualidade vale para profissionais de todo o Brasil**

Ilustrações: Sergio Rossi

**P**sicólogas/os de todo o país não podem tratar a travestilidade e a transexualidade como doença ou anomalia. A determinação feita pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP) foi publicada no Diário Oficial em janeiro e acontece em momento em que uma batalha judicial debate a autorização ou proibição de profissionais da Psicologia de submeterem pacientes à terapia de reversão sexual.

A Resolução nº1/2018 aponta que “é dever das/os psicólogas/os contribuir para a eliminação da transfobia”. E, assim, impede que psicólogas/os pratiquem qualquer ação que favoreça preconceitos, como terapias de conversão, reversão, readequação ou reorientação de identidade de gênero.

Nessa mesma direção o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu por unanimidade, no dia 1 de março, autorizar que transexuais e transgêneros alterem o nome no registro civil sem a necessidade de terem realizado a cirurgia de mudança de sexo. A decisão, comemorada por movimentos relacionados aos di-

reitos LGBT, permite que a/o interessada/o se dirija diretamente a um cartório para solicitar a mudança de nome, sem precisar comprovar sua condição, que deverá ser atestada por autodeclaração.

A Resolução nº1/2018 do CFP é publicada em meio à polêmica que envolve a iniciativa de um grupo de psicólogas/os de tentar derrubar, na Justiça, uma resolução parecida, de 1999, na qual as/os profissionais da Psicologia são proibidos de oferecer tratamento ou cura para a homossexualidade.

### A “cura gay”

Em setembro de 2017, o juiz Waldemar Cláudio de Carvalho, da 14ª Vara Federal de Brasília, em uma decisão liminar provisória, acolheu o pedido dos profissionais e determinou que o CFP não deveria impedir “atendimento profissional, de forma reservada, pertinente à (re)orientação sexual”.

“Decisão equivocada”. Assim foi classificada a sentença do juiz pelo CFP e pelos 23 Conselhos Regionais de Psicologia em nota pública. Ao anunciar



que vai recorrer na Justiça, o Sistema Conselhos afirma que, “ao contrário do que alega a ação inicial, a Resolução 01/99, em nenhum momento da sua história, impediu ou restringiu o atendimento psicológico a pessoas de qualquer orientação sexual. O limite ético desses atendimentos se dá na proibição de práticas relacionadas à reorientação sexual e a violação da dignidade das pessoas”.

Ainda na nota, o Sistema Conselhos de Psicologia rebate o argumento de que a Psicologia deveria oferecer tratamentos que supostamente possibilitariam reverter a homossexualidade porque “sujeitos egodistônicos não se sentem confortáveis com a orientação sexual homossexual vivenciada”. “Em resposta a esse argumento, a Psicologia propõe outra leitura sobre os sofrimentos decorrentes das chamadas homossexualidades egodistônicas. Não se trata de negar o sofrimento que as pessoas homossexuais são acometidas decorrentes da LGBTfobia, porém entender que o sofrimento não está nas orientações sexuais em si mesmas (homossexualidade, bissexualidade

ou heterossexualidade), mas relacionadas às condições sociais que atribuem sentido pejorativo às suas expressões e vivências, prejudicando a qualidade da vida psíquica e social”, ressalta.

### LGBTfobia em números

País que mais mata gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros em todo o mundo, o Brasil bateu todos os recordes em 2017. Dados do Grupo Gay da Bahia (GGB) apontam crescente nos assassinatos por LGBTfobia. De janeiro a setembro do ano passado já haviam sido registrados 277 homicídios desta natureza: mais de um assassinato por dia.

A entidade baiana ainda chama a atenção para o fato de que sua amostragem é subnotificada, já que muitos crimes de ódio nem chegam a ser registrados. O Brasil vive um “homocausto”, alega o GGB, fazendo referência ao holocausto - genocídio contra judeus durante a Segunda Guerra Mundial.

Estatísticas publicadas pelo site jurídico *Justificando* revelam que entre 2008 e 2014 foram registrados

no Brasil 1731 homicídios de transgêneros. A expectativa de vida para uma pessoa cisgênero (indivíduo que possui identidade de gênero igual ao sexo que foi designada/o) é de 71 anos. A de uma pessoa trans é de apenas 35 anos.

“Não é justo que as pessoas vivam em função de padrões impostos, temos o direito de sermos livres para sermos o que somos, por que a diversidade é tão malvista? Por que não enxergamos o diferente como uma possibilidade de agregarmos conhecimento ao invés de se eximir?”, questiona João Eduardo Cândido dos Santos, do grupo Petris - Homens trans de João Pessoa, no artigo *O sacrifício do sangue: Brasil, o país que caça bruxas e mata transgêneros*.

“E um país que desponta na quantidade de pessoas assassinadas por orientação sexual, não cabe

à Psicologia brasileira a produção de mais violência, mais exclusão e mais sofrimento a essa população estigmatizada ao extremo”, enfatiza o CFP em nota.

Assim, a Resolução nº1/2018 do CFP determina que as/os profissionais não podem fazer “uso de instrumentos ou técnicas psicológicas para criar, manter ou reforçar preconceitos, estigmas, estereótipos ou discriminação” contra transexuais e travestis, proibindo as/os psicólogas/os de “propor, realizar ou colaborar com eventos ou serviços que busquem terapias conversivas, reversivas, de readequação ou de reorientação de gênero”.

“A Psicologia brasileira não será instrumento de promoção do sofrimento, do preconceito, da intolerância e da exclusão”, se posiciona em nota o Sistema Conselhos de Psicologia.

## A Resolução nº1/2018 do CFP estabelece que:

Art. 1º - As psicólogas e os psicólogos, em sua prática profissional, atuarão segundo os princípios éticos da profissão, contribuindo com o seu conhecimento para uma reflexão voltada à eliminação da transfobia e do preconceito em relação às pessoas transexuais e travestis.

Art. 2º - As psicólogas e os psicólogos, no exercício profissional, não exercerão qualquer ação que favoreça a discriminação ou preconceito em relação às pessoas transexuais e travestis.

Art. 3º - As psicólogas e os psicólogos, no exercício profissional, não serão coniventes e nem se omitirão perante a discriminação de pessoas transexuais e travestis.

Art. 4º - As psicólogas e os psicólogos, em sua prática profissional, não se utilizarão de instrumentos ou técnicas psicológicas para criar, manter ou reforçar preconceitos, estigmas, estereótipos ou discriminações em relação às pessoas transexuais e travestis.

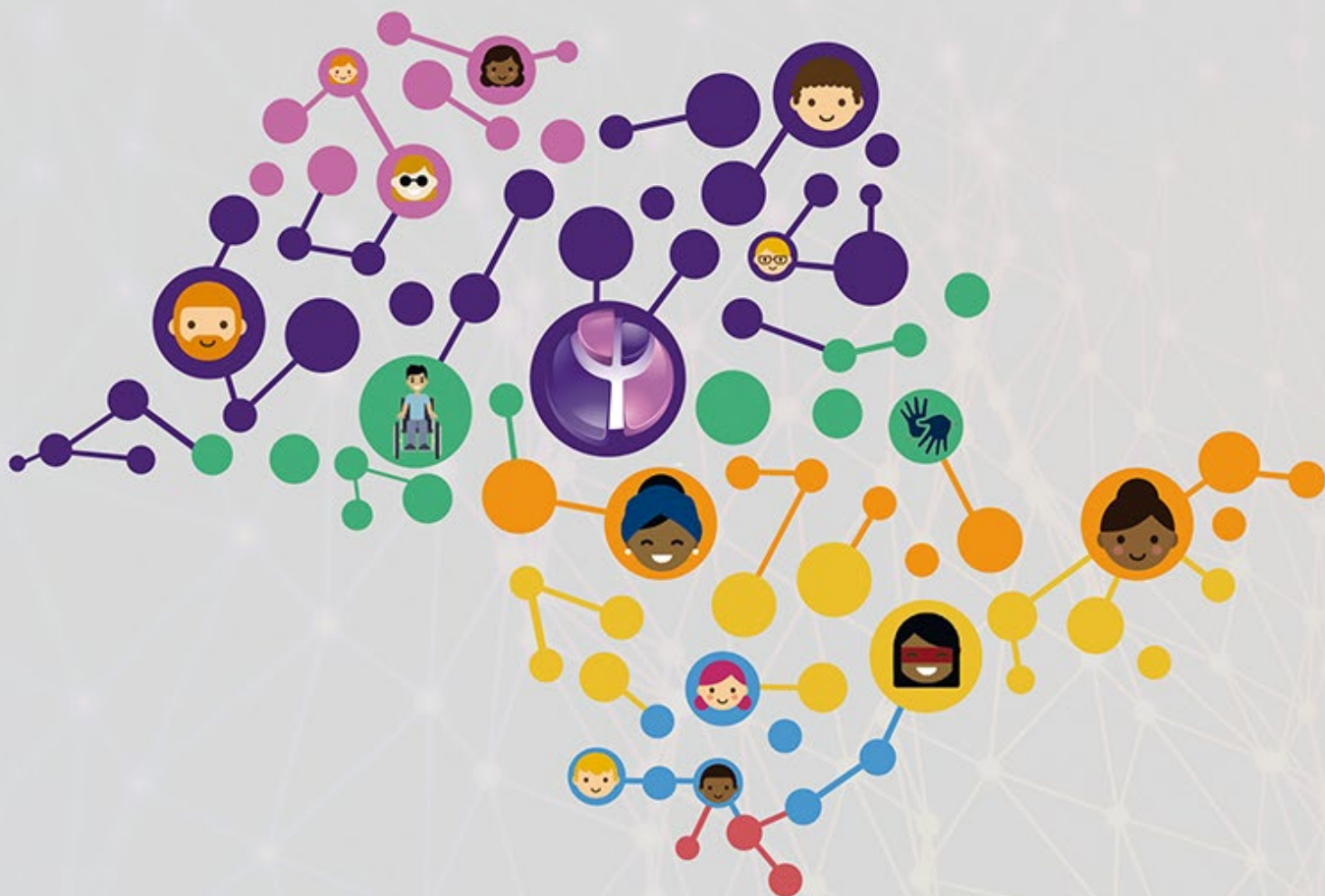
Art. 5º - As psicólogas e os psicólogos, no exercício de sua prática profissional, não colaborarão com eventos ou serviços que contribuam para o desen-

volvimento de culturas institucionais discriminatórias em relação às transexualidades e travestilidades.

Art. 6º - As psicólogas e os psicólogos, no âmbito de sua atuação profissional, não participarão de pronunciamentos, inclusive nos meios de comunicação e internet, que legitimem ou reforcem o preconceito em relação às pessoas transexuais e travestis.

Art. 7º - As psicólogas e os psicólogos, no exercício profissional, não exercerão qualquer ação que favoreça a patologização das pessoas transexuais e travestis. Parágrafo único: As psicólogas e os psicólogos, na sua prática profissional, reconhecerão e legitimarão a autodeterminação das pessoas transexuais e travestis em relação às suas identidades de gênero.

Art. 8º - É vedado às psicólogas e aos psicólogos, na sua prática profissional, propor, realizar ou colaborar, sob uma perspectiva patologizante, com eventos ou serviços privados, públicos, institucionais, comunitários ou promocionais que visem a terapias de conversão, reversão, readequação ou reorientação de identidade de gênero das pessoas transexuais e travestis.



---

## **ENCONTRO REGIONAL SUDESTE EM SÃO PAULO** DAS **DIRETRIZES CURRICULARES** NACIONAIS DA **PSICOLOGIA**

---

**21 DE ABRIL DE 2018 ÀS 8H**  
**UNIP - CAMPUS VERGUEIRO**  
RUA VERGUEIRO, 1211, SÃO PAULO

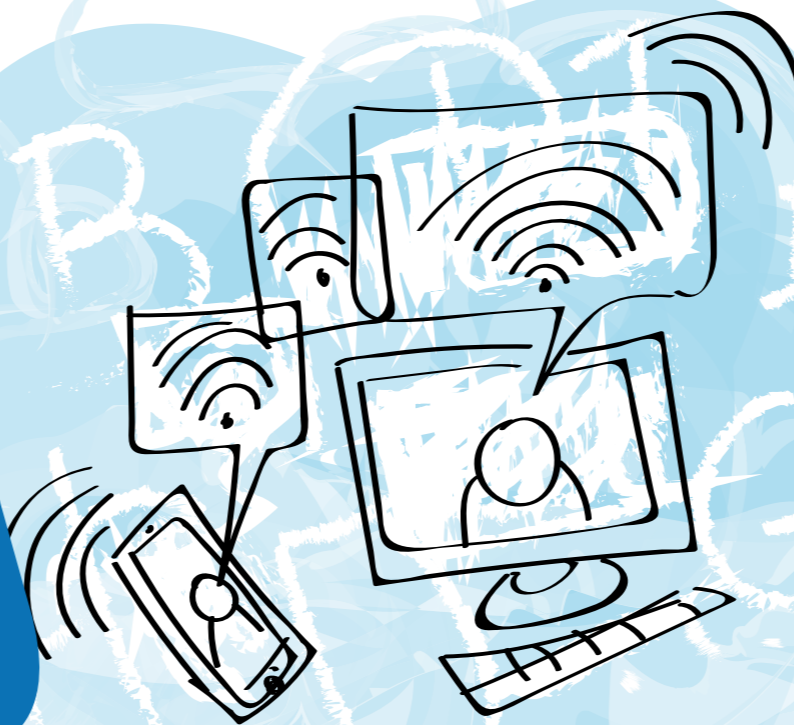
mais informações em: [www.crpssp.org.br/encontro](http://www.crpssp.org.br/encontro)

---





# EM RESPOSTA A UM ENSINO À DISTÂNCIA, A PSICOLOGIA DEBATE OS PRINCÍPIOS DE SUA FORMAÇÃO



## Com etapas regionais e nacional, profissionais, docentes e estudantes de Psicologia são convocados a discutir os princípios norteadores de suas diretrizes curriculares

O ano de 2018 foi escolhido pela Psicologia como o ano da formação. A decisão não foi à toa. Ano passado o Ministério da Educação (MEC) apresentou um projeto que visa autorizar a oferta de cursos de graduação totalmente à distância nas áreas vinculadas à saúde.

“Nós consideramos que uma formação totalmente à distância nas áreas da saúde não é adequada à natureza dos cursos, que formam para profissões de natureza relacional”, contesta Ângela Soligo, presidente da Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP). A partir desse entendimento, todos os cursos que compõem o Conselho Nacional de Saúde estão se organizando para apresentar ao MEC e à sociedade que tipo de formação defendem.

A Psicologia desencadeou um processo de discussão nacional para fazer uma revisão de suas diretrizes curriculares. O MEC pretende aprovar essa proposta de educação à distância (EAD) na saúde até o meio do ano. “Não podemos deixar que isso aconteça à nossa revelia”, enfatiza Soligo. Confira a entrevista:

### O que são e qual a importância de debater as diretrizes curriculares para os cursos de graduação em Psicologia?

As diretrizes são um documento normatizador e orientador da formação profissional para todos os cursos de graduação do Brasil. A Psicologia tem as suas diretrizes curriculares que foram estabelecidas em 2004 e reformuladas em 2011, com a entrada da formação na licenciatura. As diretrizes, portanto, apresentam os parâmetros necessários que garantem uma boa formação, apontam quais são os princípios, os eixos, e também apontam condições, como quais as competências e habilidades necessárias, condições a respeito dos estágios, carga horária, etc. Por exemplo, os direitos humanos são um eixo para a formação em Psicologia, o compromisso com as políticas públicas e em particular com o SUS também.

### De que forma o Conselho Federal de Psicologia (CFP), a ABEP e a Federação Nacional das/os Psicólogas/os (FENAPSI) vão coordenar esse processo nacional de discussão a respeito das diretrizes curriculares?

A ABEP, o CFP e a FENAPSI desenharam uma forma de organização da discussão da revisão das diretrizes. Isso partiu de um apontamento da ABEP de que era o momento da gente fazer essa revisão de diretrizes. Nós ouvimos muitos coordenadores, docentes e estudantes e temos captado os descontentamentos, as angústias e as dificuldades. E diante de uma ameaça de termos uma formação totalmente à distância, nos juntamos para fazer essa revisão.

A ABEP construiu um texto orientador, com um histórico da formação e com questões e eixos de discussão. Também fizemos um regulamento onde está prevista a realização de reuniões preparatórias em todo o território nacional para as quais foram convocadas/os profissionais da Psicologia, docentes e estudantes.

A segunda fase é dos eventos regionais. Serão cinco. Região norte, nordeste, sudeste, sul e centro-oeste. Nesses eventos regionais serão novamente discutidos os pontos levantados nas preparatórias e votadas as propostas regionais para o evento nacional, que será no dia 5 de maio em Brasília. Nesse evento nacional faremos a sistematização final da proposta de diretrizes que será, ainda, submetida a consulta pública.

### Como você vê a qualidade da formação da/o psicóloga/o no Brasil atualmente?

Os cursos de formação em Psicologia apresentam avanço significativo em relação ao que tínhamos an-

teriormente. As diretrizes vieram apontar princípios, de certa forma com uma função organizadora da formação. Tivemos avanços como o eixo dos direitos humanos, a pesquisa como eixo, o princípio de formação generalista.

No entanto, vivemos ainda muitas dificuldades. Uma delas está relacionada às ênfases, que a meu ver não foram totalmente compreendidas e mantêm a marca da Psicologia clínica como viés e não como possibilidade. Temos vários problemas com a implantação da licenciatura como oferta obrigatória. Outro problema é que nossa formação ético-política em Psicologia é bastante deficitária. Ainda temos uma formação calcada nas teorias tradicionais. E temos os problemas estruturais, que dizem respeito às condições de trabalho dos professores e do sucateamento das instituições.

Por acreditarmos numa boa formação em Psicologia em qualquer instituição é que precisamos de bons eixos e diretrizes para nossa formação, democraticamente debatidas e estabelecidas.

### Quais os temas latentes no debate da revisão das diretrizes curriculares da graduação em Psicologia?

Os eixos que nós apontamos para a discussão das diretrizes trazem um pouco esses temas: a formação generalista, a formação política e para as políticas públicas, a licenciatura, a pesquisa, a questão da laicidade – que hoje é um problema que enfrentamos na formação –, os ataques à formação laica da ciência psicológica, a questão das ênfases, dos estágios. Todos esses temas precisam ser discutidos pensando na Psicologia como uma ciência, uma profissão, um trabalho, e na sua relação com a sociedade em que nós vivemos. É mais do que fundamental, é urgente.



Foto:Campfoto

ESTANTE



**No seu pescoço**  
O mais recente livro da nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie chega ao Brasil em uma edição da Cia das Letras e traz aos leitores a possibilidade de conhecer a face de contista dessa já consagrada autora. Nos 12 contos que compõem o volume, Chimamanda expressa sensibilidade aos temas da imigração, desigualdade racial, conflitos religiosos e relações familiares.

**Era o Hotel Cambridge**

Refugiados e sem-tetos compartilham a ocupação de um velho edifício abandonado no centro de São Paulo. O não convencional filme dirigido por Eliane Caffé é apresentado como resultado da criação coletiva da Frente de Luta por Moradia (FLM) e do Grupo Refugiados e Imigrantes Sem Teto (GRIST). A tensão diária da ameaça de despejo, a luta por moradia, as peculiaridades de ser estrangeiro em São Paulo, os dramas pessoais e a organização coletiva são alguns dos temas tocados pela longa-metragem.



**Lute Como Uma Garota: 60 Feministas que Mudaram o Mundo**

Com ilustrações, prefácio de Mary Del Priore e apresentação de Nana Queiroz, o livro de Laura Barcella reúne o perfil de figuras essenciais na luta da emancipação das mulheres. De pioneiras do século XVIII até estrelas pop dos dias atuais, do mundo e também do Brasil, o livro traz importante panorama da luta feminista ao longo da história.



**Cartilha virtual: Psicologia & religião**

Elaborado pelo Inter Psi – Laboratório de Psicologia Anomalística e Processos Psicossociais (Instituto de Psicologia da USP), o guia é escrito em linguagem direta, objetiva e prática a respeito das relações entre Psicologia e religião. A cartilha, formulada a partir de perguntas e respostas, está disponível em áudio e pdf: <https://goo.gl/ZD1Hu7>



MURAL



**A quem interessa a "Reforma" da Previdência?**

Uma melhor compreensão do cenário brasileiro em disputa e da ameaça ao direito a uma aposentadoria digna impulsionou o evento realizado pelo CRP SP no dia 7 de fevereiro. Psicólogas/

os e interessados se reuniram na sede metropolitana do Conselho e reforçaram a defesa intransigente dos direitos das/os trabalhadoras/es.

**O cuidado e a atenção às mulheres em situação de violência**

No final do ano passado, dia 2 de dezembro, o CRP SP organizou um seminário para debater as políticas públicas voltadas ao cuidado das mulheres. O encontro aconteceu na FMU (Faculdades Metropolitanas Unidas) na Liberdade e contou com mostra das práticas profissionais, apresentações culturais e mesas de debates.



Em decorrência de sentença judicial, oriunda dos autos de nº 0021418-35.2010.4.03.6301, proferida pelo Juizado Especial Cível de São Paulo, esclarece-se que as imagens (abaixo) divulgadas no Jornal PSI, edição de junho/julho de 2009, tiveram como autor o repórter fotográfico Sr. Helcio Toth Renda, MTb sob o nº 246RF/0001/001.





**VII CONGRESSO  
LATINOAMERICANO DE**

# **PSICOLOGIA**

**ULAPSI - COSTA RICA 2018**

**CONTRIBUIÇÕES DA DIVERSIDADE E EQUIDADE: PSICOLOGIA  
PARA PAZ ENTRE PESSOA, SOCIEDADE E NATUREZA**

**DE 26 A 28 DE JULHO DE 2018  
SAN JOSÉ, COSTA RICA**

**SAIBA MAIS**

**CONGRESOULAPSI2018.COM**

**ORGANIZAÇÃO:**



**APOIO:**



**Conselho  
Regional de  
PSICOLOGIA SP**

